

Ano XX nº 5981 – 28 de janeiro de 2019

Caixa Econômica do Alto da Serra é mais uma vez multada



O Procon Petrópolis notificou mais uma agência da Caixa Econômica Federal. Na ação que concluiu a fiscalização por conta do tempo de fila, na qual 30 agências foram vistoriadas no Centro e distritos, o órgão flagrou a agência da Caixa, no Alto da Serra, com tempo de espera de 22 minutos. Esta já é a segunda vez que o órgão autua o banco pelo mesmo motivo nesta semana: em ação realizada na última terça-feira, o flagrante ocorreu em uma agência da Rua do Imperador.

A fiscalização visa fazer valer a Lei Municipal 5.763/2001, que determina às agências bancárias disponibilizar pessoal suficiente para atender em até 15 minutos seus clientes. A punição é de 200 Unidades de Fiscalização do Município de Petrópolis (UFPE), aplicado aos bancos com as irregularidades.

Em Palhoça/SC, o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) fechou uma agência bancária do Banco Bradesco na quarta-feira (09/01). A medida foi tomada com base em uma lei municipal, que estipula o prazo máximo de 20 minutos para atendimento dos clientes. De acordo com a Prefeitura de Palhoça, na segunda (07/01), o Procon verificou que as pessoas estavam esperando até três horas para serem atendidas. Naquele dia, inclusive, a agência encerrou as atividades apenas às 19h.

O Procon notificou os responsáveis para que regularizem a situação, sob pena de multa e fechamento. O prazo para adequação é de 24 horas. Após esse prazo, a agência tem permissão para reabrir.

Na quarta, quando ocorreu a nova fiscalização, o órgão constatou que havia pessoas aguardando na rua, com temperatura acima dos 30 Cº, e com tempo de espera de até 1h40. Segundo a prefeitura, alguns clientes passaram mal por conta do calor.

Diante das irregularidades, os fiscais do Procon aplicaram multa e também lacraram a porta da agência bancária, que fica na praça Sete de Setembro. Os responsáveis pela agência não foram localizados para comentar o caso.

Governo acaba com a transparência pública

Muito diferente do discurso que o elegeu de combate à corrupção, o governo de Jair Bolsonaro tomou uma decisão nefasta: mudou e restringiu a LAI (Lei de Acesso à Informação), impondo dificuldades para a política de transparência. A medida abre caminho para que atos ilegais não sejam descobertos, nem investigados.

O decreto permite que ocupantes de cargos comissionados possam classificar dados do governo como informações ultrassecretas, grau máximo de sigilo. O risco causado pela decisão é de que, somente na administração direta, há pelo menos 21 mil funcionários com cargos comissionados.

A classificação de documentos ultrassecretos só poderia ser feita pelo presidente da República, vice-presidente, ministros de Estado, comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas ou consulares permanentes no exterior. Além de ampliar a classificação, no texto publicado no Diário Oficial, as informações podem ficar restritas por até 25 anos.

Desde de 2012, a Lei de Acesso à Informação, que garante a qualquer pessoa (física ou jurídica) o acesso às informações públicas dos órgãos e entidades, sem necessidade de apresentar motivo. Agora o novo governo abre precedentes para que atos ilícitos passem despercebidos pela sociedade e fiquem impunes.